

Parte 1 - O Abastecimento na perspectiva de sistemas alimentares  
saudáveis  
**Análise da transição ecológica de sistemas agrifalimentares  
territoriais**  
ensinamentos de uma comparação franco-brasileira

Claire Lamine  
Giles Maréchal  
Moacir Darolt

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LAMINE, C., MARÉCHAL, G., and DAROLT, M. Análise da transição ecológica de sistemas agrifalimentares territoriais: ensinamentos de uma comparação franco-brasileira. In: PEREZ-CASSARINO, J., TRICHES, R.M., BACCARIN, J.G., and TEO, C.R.P.A., eds. *Abastecimento alimentar: redes alternativas e mercados institucionais* [online]. Chapecó: Editora UFFS; Praia, Cabo Verde: UNICV, 2018, pp. 35-58. ISBN: 978-85-64905-72-6.  
<https://doi.org/10.7476/9788564905726.0004>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

# **Análise da transição ecológica de sistemas agrícolas territoriais: ensinamentos de uma comparação franco-brasileira**

*Claire Lamine  
Giles Maréchal  
Moacir Darolt*

## **Introdução**

Nos últimos vinte anos foram desenvolvidas uma série de iniciativas, programas e políticas de segurança alimentar e circuitos curtos de comercialização tanto na França como no Brasil (DAROLT et al., 2013), apesar de contextos muito diferentes em relação à estrutura social da agricultura, questões de acesso à alimentação e à mobilização da sociedade civil. Na França, as políticas nacionais de modernização agrícola, assim como as políticas europeias que tratam desse tema, são originárias dos anos de 1960 e permitiram uma “recuperação” social dos agricultores em relação a outros grupos sociais fazendo com que entrassem “à força” nas cadeias produtivas organizadas, diferente do que acontece no Brasil que apresenta um grande número de agricultores familiares pobres que praticam, sobretudo, a agricultura de subsistência. Por outro lado, na França não se observa atualmente uma articulação forte entre política nacional e ações de acesso à alimentação, à agricultura e às preocupações ambientais.

No Brasil, a realidade social (altos índices de pobreza e maior importância da agricultura familiar) juntamente com a pressão dos movimentos sociais têm conduzido ao desenvolvimento de políticas relevantes a partir da metade dos anos de 1990, favorecendo o acesso à alimentação e beneficiando a agricultura

familiar, com destaque para os movimentos orgânicos e agroecológicos. Na França, apesar de especificidades dos sistemas agrifalimentares<sup>1</sup> – fortemente ancorados nos territórios – terem progressivamente desaparecido, a sociedade civil em parceria com redes alimentares alternativas e apoiadas pelas autoridades locais, iniciaram uma realocação da agricultura e da alimentação a partir dos anos de 1990. Assim, é no âmbito dos territórios rurais e urbanos que são consideradas as iniciativas e políticas, bem como seus efeitos, a fim de analisar os processos de transformação e de transição ecológica dos sistemas agrifalimentares visando estudar o processo de ecologização no conjunto das instituições e atores do sistema.

Tanto na literatura científica quanto na ação pública ou militante, diversas noções e abordagens são propostas para analisar as transições dos sistemas agrifalimentares, seja em escala territorial ou global. Tomando como base algumas dessas abordagens – “sistemas alimentares”; “regimes alimentares” (*food regimes*); “transições sustentáveis” (*sustainability transitions*) – analisam-se as transições com base num enfoque sócio-histórico, sistêmico e pragmático. Assim, este texto pretende analisar a emergência e a evolução ao longo do tempo, tanto de iniciativas passadas quanto de iniciativas atuais que tenham por objetivo o desenvolvimento de práticas ecologicamente corretas (na agricultura, nas agroindústrias, na distribuição e no consumo).

Neste capítulo será mostrado de que forma tais iniciativas podem se complementar e se articular ou até mesmo apresentarem conflitos, favorecendo ou não uma ecologização do conjunto do sistema agrifalimentar territorial, ou seja, estudar as relações e interações possíveis. Em seguida, será apresentado como tal enfoque pode ser aplicado aos casos franceses e brasileiros. O pressuposto é que a comparação entre experiências brasileiras e francesas, apesar de diferenças históricas, socioeconômicas e demográficas, é rica em ensinamentos para cada um dos países, ao mesmo tempo em que se complementam, apresentando contribuições significativas para as relações entre ação pública e sociedade civil, bem como para a questão de justiça social e sustentabilidade, cada vez mais debatida no cenário internacional (GOTLLIEB, 2009).

---

1 A noção de “sistema agrifalimentar” engloba não somente os atores envolvidos na cadeia de produção, transformação e distribuição (que fazem parte da definição clássica de “sistema agroalimentar”), mas também a assistência técnica e extensão rural (ATER), as políticas públicas, os consumidores e suas práticas, bem como a sociedade civil organizada (LAMINE, 2012).

Essa reflexão foi construída a partir de parcerias de longa data entre os pesquisadores e atores franceses e brasileiros, no âmbito de projetos de cooperação científica<sup>2</sup> e inter-regional (por exemplo, entre associações de solidariedade internacional e de desenvolvimento local da Bretanha e do Brasil). A pesquisa baseia-se em quatro estudos de caso aprofundados, geralmente inseridos no enfoque da pesquisa-ação de longa duração e tem o objetivo de analisar a diversidade de iniciativas e políticas que tratam dos processos de transição ecológica dos sistemas agrialimentares, considerando o conjunto de instituições e atores envolvidos no sistema e suas inter-relações.

## **Uma abordagem sistêmica e pragmática dos sistemas agrialimentares territoriais**

Na literatura internacional e em particular anglo-saxônica os processos de transformação dos sistemas agrialimentares são compreendidos por meio de diversas abordagens teóricas (LAMINE et al., 2015). A teoria dos regimes alimentares (*food regimes*) foi desenvolvida por autores norte-americanos que tomaram como referência a economia política de inspiração marxista e analisa as transformações do sistema agrialimentar na escala global inserindo-as na história da economia capitalista mundial (FRIEDMANN; McMICHAEL, 1989). Tal teoria caracteriza o regime agroindustrial do pós-guerra por dois princípios fundamentais: o primeiro consiste no distanciamento entre a produção e o consumo, beneficiando as grandes empresas agrícolas e agroalimentares em detrimento aos pequenos agricultores familiares. O segundo princípio diz respeito à “durabilidade” de produtos agrícolas (no sentido técnico de ser não perecível e durável) por meio da transformação e do processamento<sup>3</sup>. Esses são os fatores que explicam justamente a “não-sustentabilidade” (de acordo com a noção de sustentabilidade ecológica e social) desses regimes alimentares.

---

2 Projeto CAPES-COFECUB (Agroecologia na França e no Brasil: entre redes científicas, movimentos sociais e políticas públicas, 2011-2014); Convenção de parceria entre o INRA-SAD e o IAPAR estabelecida em 2013; Laboratório internacional Agriterris envolvendo pesquisadores franceses, brasileiros e argentinos. Agradecemos ainda Terena Peres de Castro pela ajuda na tradução deste texto.

3 O historiador W. Cronon (*Nature's metropolis: Chicago and the great west*, New York, Norton & Co., 1991) descreve igualmente os processos de transformação e processamento de produtos agrícolas da mesma forma que a escola regulacionista francesa e a economia das convenções na sua análise sobre a qualidade “industrial”.

Evidentemente os modelos alternativos emergentes se apresentam como formas de resistência a essa globalização da agricultura e suas consequências injustas, contudo pouco influenciam numa transformação estrutural do sistema dominante (BUTTEL, 2006). Em resposta às críticas de insustentabilidade, o modelo industrial se adapta evoluindo para uma dieta alimentar chamada de “regime alimentar ambiental corporativo” (*corporate environmental food regime*) (CAMPBELL, 2009), basicamente sustentado em sistemas de certificação ambiental privados, visando unicamente a rastreabilidade dos produtos e pouco contribuindo para a sustentabilidade dos modelos de produção, criando novos processos de exclusão.

Na Europa os autores se baseiam em uma perspectiva, dentre outras existentes, inspirada no pensamento de Giddens (1990), defendendo a ideia de que os atores sociais, notadamente os produtores e consumidores, são sujeitos ativos no processo de transformação imposto pelo modelo de modernização e globalização (PLOEG et al., 2000). Esses autores destacam a emergência de um novo paradigma de desenvolvimento rural “sustentável”, baseado na busca de autonomia local e criando o que se designou de “eco-economia” (KITCHEN; MARSDEN, 2009). Juntamente com as noções de “redes cívicas alimentares” (*civic food networks*), “cidadãos da comida” (*food citizens*) ou ainda de “democracia alimentar” se destaca o papel crucial da sociedade civil para criar inovações no sistema alimentar.

A partir de trabalhos que abordam as inovações tecnológicas em diferentes setores (energia, indústria), surge ainda uma corrente que trata de “transições sustentáveis” (*sustainability transitions*), utilizando uma abordagem de análise multiníveis (*Multi-Level Perspective*). Esse enfoque destaca a maneira como os “nichos” se desenvolvem e influenciam o “regime” dominante, através da qual se desenham diversas “vias de transição” possíveis (GEELS; SCHOT, 2007). O enfoque é centrado na interdependência dos componentes do sistema, entretanto, em comparação com as correntes citadas anteriormente, aborda de maneira superficial as mudanças de práticas (agrícolas e de consumo), além de ser pouco aplicado em escala territorial.

A partir dos anos de 1990, implanta-se na França um importante campo de trabalho em torno das noções de qualidade, notadamente inspiradas na escola regulacionista e na economia das convenções (ALLAIRE; BOYER, 1995), que teve influência nas correntes precedentes. Assim, é descrito um processo de transição entre um mundo agroindustrial com normas e padrões homogeneizantes e

procedimentos de qualificação frequentemente sustentados por referenciais tanto relacionados à tradição como também aos territórios locais (particularmente as *Denominações de Origem Controlada* – DOC). Nesse contexto surgiu uma nova linha de estudos em torno dos “Sistemas Alimentares Localizados” (SIAL), que também se propagou pelo Brasil e outros lugares, desenvolvendo trabalhos relevantes sobre os circuitos curtos e os sistemas alternativos (DINIZ; CERDAN, 2017). Entretanto, os estudos se centraram apenas nas alternativas de circuitos curtos isoladamente, sem analisar o conjunto das iniciativas em termos de mudanças mais ousadas nos sistemas agrialimentares.

No Brasil, os trabalhos concentram-se sobretudo na análise de dois modelos de desenvolvimento rural que têm sido foco das políticas públicas: um modelo do chamado “agronegócio” que prioriza as exportações e cadeias longas baseado em grandes propriedades, na monocultura, no uso intensivo de insumos industriais e pouco uso de mão de obra; e outro modelo da “agricultura familiar”, baseado em pequenas propriedades com produção diversificada, uso intensivo de mão de obra familiar e circuitos mais curtos de comercialização (LEÃO, 2013).

Os movimentos sociais brasileiros opostos à intensificação e à agricultura industrial têm sido descritos como tendo um papel importante na fase inicial do desenvolvimento das agriculturas de base ecológica e alternativas de comercialização em circuitos curtos<sup>4</sup> de comercialização (BRANDENBURG, 2002; DAROLT, 2012). Recentemente as redes alternativas de alimentos, no Brasil e na França, têm destacado as noções de soberania e segurança alimentar<sup>5</sup>, dois conceitos que surgiram em nível internacional no contexto da crise alimentar, com maior destaque a partir de 2008.

Constata-se um recente desenvolvimento de abordagens territoriais de sistemas agrialimentares, impulsionadas pela sociedade civil e por novas formas de governança. Dentro dessa dinâmica, esse trabalho pretende abordar os processos de ecologização dos “sistemas agrialimentares territoriais”. Nesse estudo o sistema agrialimentar territorial envolve todos os atores da produção, transformação,

---

4 Os Circuitos Curtos ou Cadeias Curtas (CC) de comercialização são definidos como “um sistema de inter-relações entre atores que estão diretamente engajados na produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos” (RENTING et al., 2012). Essa definição traz dois pontos importantes (inter-relações e interdependência) e deixa aberta uma ampla gama de formas de articulação entre produção e consumo.

5 A noção de soberania alimentar envolve o direito de todos à alimentação e à autonomia dos atores sociais em suas estratégias e políticas de apoio à produção, distribuição e consumo, respeitando a diversidade cultural e enfatizando a importância da agricultura familiar e camponesa (PLOEG, 2008).

distribuição e consumo de alimentos num dado território, incluindo não só agricultores e atores econômicos, mas também assistência técnica, extensão rural, pesquisa, políticas públicas, consumidores e sociedade civil organizada.

Essa noção inclui de fato diferentes redes, regulamentos/legislações, modos de coordenação, envolvendo interações entre circuitos curtos e circuitos longos. Esse conceito, que inclui um largo conjunto de atores interessados nas questões agrícolas e alimentares, se aproxima da sugestão de L. Malassis de definir o sistema alimentar como “a maneira pela qual os homens se organizam, no espaço e no tempo, para obter e consumir sua alimentação” (MALASSIS, 1994).

A premissa de análise deste trabalho repousa em duas hipóteses que serão investigadas por meio dos casos franceses e brasileiros: primeiramente, os processos de transformação de um sistema agrialimentar territorial resultam de efeitos advindos de iniciativas e ações variadas que se combinam, muitas vezes apresentando conflitos ou ainda entrando em contradição. Em segundo lugar, um processo de ecologização “justo” para o conjunto do sistema agrialimentar territorial, diz respeito ao desenvolvimento de práticas não somente mais ecológicas, mas também economicamente viáveis e socialmente justas para os diferentes elos do sistema (por exemplo, as iniciativas dos agricultores, o apoio de políticas públicas, o engajamento do ensino, pesquisa, assistência técnica e extensão rural e de parceiros da indústria), o que pressupõe alguma forma de governança do sistema agrialimentar territorial.

Para demonstrar essas hipóteses, o trabalho faz uma análise retrospectiva e também atual das dinâmicas do sistema agrialimentar. Para tanto, analisam-se as trajetórias de agricultores, de instituições da iniciativa privada e da sociedade civil, as políticas públicas, os modos de gestão em diferentes tipos de iniciativas e projetos, e também os fenômenos de interdependência, emergência e marginalização.

## **Aplicação aos casos franceses e brasileiros**

Os quatro casos que apresentamos se referem a duas experiências rurais no sudeste da França (Ardeche e Biovallée) e dois casos urbanos (Região Metropolitana de Rennes na França e Região Metropolitana de Curitiba no Paraná, Brasil) (Quadro 1). Nesses quatro casos, vamos aplicar um enfoque que mescla uma análise sócio-histórica (estudo da retrospectiva da evolução do sistema

agrialimentar territorial nas últimas décadas), sistêmica (análise de interdependências e coordenação entre os diversos elos do sistema) e pragmática (análise de visões, argumentos, às vezes controversos, resultando em iniciativas e ações que foram implementadas).

**Quadro 1** – Caracterização dos territórios de estudo franceses e brasileiros

Territórios	Superfície e população	Característica (urbana / rural)	Tipo de agricultura e de indústria alimentar
França – Sul Ardeche	160.000 habitantes e cerca de 2.500 Km <sup>2</sup>	Áreas rurais com várias cidades pequenas; Forte apelo turístico.	Agricultura diversificada, com predominância de pequenas e médias propriedades e pequenas agroindústrias; Agricultura Orgânica (AO)* = cerca de 15% das propriedades e da área plantada.
França – Biovallée	54.000 habitantes e cerca de 2.200 km <sup>2</sup>	Áreas rurais, perto de cidades de médio porte; Forte apelo turístico.	Agricultura diversificada com predomínio de pequenas e médias propriedades; AO = cerca de 30% das propriedades e da área plantada.
França – Rennes	426.000 habitantes e cerca de 700 km <sup>2</sup>	Área urbana composta de 3 cinturões verdes polarizados pela cidade de Rennes; Áreas agrícolas entre as áreas urbanas e no cinturão verde.	Pouca diversidade de produção (predomínio de produção leiteira) Agricultura familiar de médio porte; AO = cerca de 7% das propriedades e da área plantada.
Brasil – Criteba	Cerca de 3,5 milhões habitantes e 16.000 km <sup>2</sup> (29 municípios)	Área urbana (Curitiba) com cinturão verde formado por municípios lindeiros com áreas rurais; Turismo Rural emergente nos municípios lindeiros à Curitiba.	Sistemas diversificados (olericultura e fruticultura) no primeiro cinturão lindeiro à Curitiba) com predominância de agricultura familiar (78% das propriedades); AO = cerca de 2% das propriedades e da área plantada.

Fonte: dados da pesquisa de campo (elaborado pelos autores).



## Os casos do Sul da França (Ardèche e Bivallée)

Os dois territórios rurais franceses (Ardèche e Vale do rio Drôme – Biovallée) estão localizados na região Rhône-Alpes (Sul da França) (Figura 1). Os dois locais apresentam a particularidade de serem espaços rurais em mutação com uma retomada demográfica depois de 150 anos de abandono. É uma região que possui um ambiente natural exuberante com montanhas, vales verdejantes, vinhedos, lagos, cavernas e parques naturais com densas florestas e com alto apelo turístico. Ademais, está no vale do rio Rhône conhecido pelos vinhos de alta qualidade e referência gastronômica, somado a boas vias de acesso e autoestradas.

**Figura 1** – Localização dos territórios da Ardèche, Bivalée e Rennes na França



Fonte: Creative commons – Benoit Stella

A produção agropecuária nesses territórios apresenta pontos em comum: diversificação de produtos com alta porcentagem de agricultura orgânica (Quadro 1), forte presença da viticultura em áreas de encosta, pecuária extensiva nas zonas de montanha, culturas de grãos nas planícies e algumas áreas de fruticultura (pêssego, maçã, cereja, ameixa), que tiveram a sua “época dourada”, seguido de uma queda nos últimos vinte anos.

No entanto, os dois locais diferenciam-se pelo tipo de dinâmica de seus sistemas agrialimentares territoriais, como veremos. O caso Ardèche mostra uma profusão de iniciativas da sociedade civil porém pouco conectado com políticas

públicas, enquanto o caso Biovallée mostra um efeito combinado de ações da sociedade civil com as políticas públicas, somado à mobilização de certos atores agrícolas “convencionais”.

Nos anos de 1970 chegaram na Ardèche e no Vale do Drôme os neorurais<sup>6</sup> que, junto com agricultores tradicionais e habitantes da região, criaram uma diversidade de iniciativas e experiências visando mudar a relação entre a agricultura e os alimentos. Isso vai desde o exemplo de Pierre Rabhi – um dos pioneiros da agroecologia francesa que se instalou na Ardèche no início de 1980 e forneceu os princípios teóricos e práticos para autonomia alimentar das populações – até iniciativas de venda direta como os pontos de venda coletiva (PVC) de agricultores criados na Ardèche em 1997, que permitem maior autonomia dos agricultores e uma forte ligação com os consumidores.

Além disso, formaram-se as AMAP<sup>7</sup> que são baseadas em contratos e um engajamento de longo prazo entre agricultores e consumidores, somado às muitas feiras de produtores tradicionais na região. Essas iniciativas vêm se transformando ao longo do tempo: no Diois (no Vale do Drôme) uma cooperativa de consumo existente desde os anos de 1980, gradualmente, vem aumentando a quota de alimentação local através da construção de parcerias duradouras com os produtores locais (BUI, 2015). Paralelamente, uma outra associação de consumidores criada recentemente tem se envolvido com o serviço de refeições coletivas (para empresas, eventos, etc.) interagindo fortemente com atores locais nos municípios e permitindo um protagonismo na transformação do sistema agrialimentar territorial.

Outras iniciativas dizem respeito aos atores “convencionais” do sistema, como é o caso de cooperativas agrícolas que começam a investir na produção orgânica nos dois territórios. No Vale do Drôme, quatro cooperativas agrícolas (viticultura, cerealista, PPAM<sup>8</sup> e de abastecimento alimentar) fizeram uma parceria desde 1991 para desenvolver a agricultura orgânica, montando um programa de apoio

---

6 O Neoruralismo é um fenômeno de migração de áreas urbanas para zonas rurais surgido no início dos anos de 1970 na Europa e América do Norte muito ligado à contracultura, em que pessoas voltam ao campo com o objetivo de trabalhar com melhor qualidade de vida e maior contato com a natureza.

7 Associações para Manutenção de uma Agricultura Camponesa ou Familiar – *Associations pour le Maintien d'une Agriculture Paysanne (AMAP)* que seguem um modelo de iniciativas usualmente lideradas por consumidores em suporte aos agricultores.

8 As Plantas para Perfumes, Aromáticas e Medicinais (PPAM) são particularmente bem representadas na região Rhône-Alpes, com destaque para a lavanda.

às práticas de produção, assistência técnica e comercialização, atuando com vários elos do sistema agrialimentar. Isso não só permitiu a cooperativa aumentar significativamente sua gama de produtos orgânicos, mas também influenciou na transição de outros agricultores para o sistema<sup>9</sup> (BUI, 2015).

Nota-se que esses atores da cadeia estão tentando fortalecer sua autonomia e valorizar os produtos do território por meio da agregação de valor numa estratégia de “integração territorial vertical”. Nesse sentido, a cooperativa cerealista tem trabalhado em parceria com a cooperativa de abastecimento alimentar investindo numa central de produção de sementes a fim de garantir o acesso aos diferentes insumos e também numa fábrica de alimentos orgânicos destinados à pecuária orgânica (incluindo a produção de ovos) assegurando o escoamento da produção e a diversificação de culturas (necessários na produção orgânica).

No sul do território da Ardèche, cooperativas de frutas locais – num contexto de forte queda nos volumes de venda – lançaram a partir da década de 1990 várias iniciativas de diversificação, incluindo o desenvolvimento de frutas orgânicas e, mais recentemente, de hortaliças orgânicas para atender a demanda de um atacadista orgânico em 2008. Para incentivar alguns de seus produtores cooperados (fruticultores) e outros agricultores do território a desenvolver a produção de hortaliças orgânicas, a cooperativa definiu uma estratégia conjunta entre o atacadista e a Secretaria de Agricultura regional, responsável pela assistência técnica e acompanhamento dos produtores.

Apesar da mobilização dos diversos elos do sistema agrialimentar (produção, assistência técnica e comercialização), este projeto mostrou aos produtores os habituais inconvenientes dos circuitos longos como critérios de qualidade padronizados, incerteza de preços e necessidade de grandes volumes de venda (LAMINE, 2012). O fracasso revelou, em contraste com o Vale do Drôme, uma dificuldade comum das cooperativas convencionais na transição para a agricultura orgânica relacionada à falta de assistência técnica e políticas públicas de apoio aos agricultores orgânicos em conversão. Além disso, este caso mostra que é mais difícil evoluir nas práticas de produção e consumo quando o sistema envolve vários intermediários e maior complexidade, comparado, por exemplo,

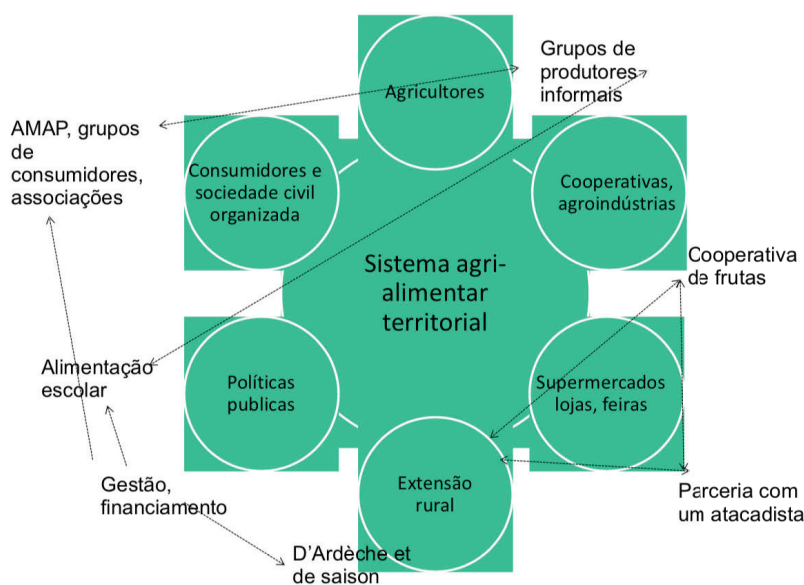
---

9 O Conselho da cooperativa cerealista tem gradualmente incluído mais e mais agricultores orgânicos na administração da mesma, eleitos pelos pares, incluindo agricultores convencionais, mostrando um processo de gradual aculturação e um crescente reconhecimento dos orgânicos no mundo agrícola.

com o caso das AMAP, em que produtores e consumidores evoluem nas suas práticas de produção e consumo num sistema agrialimentar “hiper-simplificado”.

Em ambos os territórios, instrumentos de governança foram criados para melhorar a coordenação entre as iniciativas e os elos do sistema agrialimentar. No sul da Ardèche, por exemplo, uma marca coletiva – “Prove a Ardèche” – foi lançada em 1994 por organizações socioprofissionais da agricultura, artesanato e comércio para melhorar a produção local e uma outra estrutura intermediária – “Da Ardèche e da Estação” – foi criada em 2014 para fornecer refeições coletivas à iniciativa privada. Apesar dos avanços evidenciados (Figura 2), ainda não se pode falar que no território da Ardèche há um projeto territorial agrialimentar bem estruturado.

**Figura 2** – Esquema do sistema agrialimentar territorial na Ardèche no sul da França



Fonte: dados da pesquisa de campo (elaborado pelos autores).

De maneira pioneira, no Biovallée as autoridades locais vêm discutindo desde 2009 questões relativas ao território, lançando um programa de ação pública para organizar um território-piloto em termos de desenvolvimento sustentável nas áreas de energia, manejo de resíduos, habitação e agricultura, com metas ambiciosas para crescimento da agricultura orgânica e oferta de produtos orgânicos e locais no mercado de refeições coletivas para alimentação escolar

pública e empresas privadas. No entanto, notou-se que a meta proposta pelas autoridades vai depender muito da evolução das políticas públicas para a região.

Mesmo que o papel das políticas públicas apareça mais forte no território Biovallée, em ambos os casos há uma diversidade de iniciativas que criam uma hibridação, o que permite uma reterritorialização das cadeias, combinando produções especializadas (com exportação de excedentes) e produções diversificadas, as quais buscam reconectar questões agrícolas e alimentares através de modos específicos de coordenação. Essas dinâmicas permitem que, apesar de crises em alguns setores produtivos desses territórios, os sistemas agrifalimentares territoriais analisados globalmente apresentem uma “resiliência” no tempo. Nos dois casos estudados, constatou-se um processo de inclusão social, com papel importante da alimentação escolar pública (regulado pelo setor público), também encontrado nos casos de Rennes e de Curitiba.

## O caso da Região Metropolitana de Rennes

A cidade de Rennes e seus arredores, região da Bretanha no oeste da França (Figura 2), foram, até a Segunda Guerra Mundial, um exemplo clássico da integração entre a cidade e o campo. Sendo um centro administrativo e acadêmico, com muitos restaurantes e cafés, Rennes sustentou um sistema territorial de produção integrada com leite, manteiga, aves, maçã para produção de sidra<sup>10</sup> e lenha para aquecimento. Esse modo de cultivo de pasto associado com pomar (“*pré-verger*”), do tipo agroflorestal, era baseado em normas sociais e legais específicas constituindo o que poderíamos chamar de economia circular.

O período de “modernização da agricultura” nos anos de 1950 e 1960 desestabilizou brutalmente esse sistema. A turbulência afetou diretamente o sistema integrado de agricultura e os excelentes recursos agro-pedoclimáticos. Do mesmo modo, as transformações no mundo urbano também influenciaram as mudanças no uso dos recursos energéticos (petróleo substituindo a lenha), a

---

<sup>10</sup> Bebida obtida pela fermentação alcoólica do suco de maçã. O Ecomuseu da Sidra em Bintinais retrata a história de uma fazenda vizinha a cidade de Rennes que possuía produção integrada e vendia no mercado local, estimando um consumo individual de mais de 300 litros de sidra por ano no século XIX.

evolução da dieta (regressão de sidra e manteiga) e a abertura de empregos para operários na cidade<sup>11</sup>.

Na década de 1990, a região de Rennes já tinha adotado o “modelo *Breton*”, baseado na especialização de um só produto, no caso o leite, com pacote tecnológico da revolução verde e integração aos mercados internacionais tanto para compra de insumos como para vendas dos produtos. A especificidade ligada às interações rural-urbanas permaneceu sustentada pela dinâmica urbana, com gestores públicos decidindo preservar zonas agrícolas entre bairros periféricos (princípio da “cidade ilha”) e mantendo uma feira tradicional (*marché des Lices*) que virou um evento semanal famoso nacionalmente.

Em resposta a essa “normatização”, um grupo de agricultores lançou um projeto ousado: uma dúzia de propriedades ligadas à “*Confédération Paysanne*”<sup>12</sup> e aos movimentos da agricultura alternativa reuniram-se para abrir uma loja cooperativa de produtores em 1992, com foco na venda direta, chamada *Brin d’Herbe*. O ponto de venda coletivo (PVC) é motivado pela preocupação em preservar as propriedades na “dimensão humana” e incentivar a instalação de jovens. O mesmo grupo abre uma segunda loja em 1998, e um outro grupo lança uma terceira em 2001. Juntos, eles realizam hoje um volume de negócios anual próximo de 4 milhões de euros. Essa experiência permanece como inovadora na dinâmica territorial de Rennes.

Com a explosão das associações de consumidores AMAPs, no início dos anos de 2000, a história toma um rumo diferente. Apesar de lojas coletivas atraírem uma clientela fiel, o seu impacto militante fica restrito aos movimentos alternativos. Com o surgimento das AMAPs, as populações urbanas “redescobrem” a agricultura e a alimentação. As redes militantes incentivam os gestores municipais para atuarem no tema. Por convicção política, alguns políticos propõem as primeiras medidas. O então vice-prefeito de Rennes e encarregado da Secretaria da Agricultura, oriundo do setor agrícola “tradicional”, percebe que “algo está surgindo” e propõe um diagnóstico econômico.

Em 2007, um diagnóstico inicial formalizado por uma Organização Não Governamental usa o Sistema Alimentar Territorializado (SALT) para avaliar o volume de negócios e o número de empregos gerados pelos circuitos curtos de

---

11 O desenvolvimento da indústria automobilística favoreceu a integração dos “filhos de agricultores”, pouco engajados e politizados, a trabalhar numa jornada dupla como empregados nas fábricas e na agricultura.

12 Movimento francês filiado à Via Campesina.

comercialização na metrópole (DENECHÈRE et al., 2008). O interesse levantado pelo tema é unânime e uma intervenção estruturada foi programada.

Em seguida, em 2008, um “programa local de agricultura” é desenvolvido e entregue pelo mesmo gestor no contexto mais amplo do território de Rennes. Os vários elos da cadeia produtiva agrícola são convidados a trabalhar em conjunto para o desenvolvimento de redes alimentares territoriais, enquanto as práticas agroecológicas aparecem com força nas políticas públicas. Os universitários, em particular as equipes acadêmicas do Agrocampus, participam desde o início. O projeto “Rennes ville vivrière”<sup>13</sup> (DARROT, 2014) permite trabalhar dois cenários associando práticas agrícolas e dieta alimentar. O cenário de busca de mais autonomia pode reduzir significativamente a área do “território externo” necessário para abastecer a cidade em comparação com o cenário de referência. Um novo diagnóstico econômico realizado em 2013 mostrou que houve um aumento de vendas em circuitos curtos de comercialização. Em 2015, a cidade de Rennes formalizou seu plano de dieta sustentável com o objetivo de chegar a 20% de alimentos orgânicos nas compras públicas e 40 % nos produtos locais. O exemplo de Rennes ilustra, em primeiro lugar, uma articulação multidimensional das iniciativas e atores, com participação de agricultores, consumidores, acadêmicos e gestores públicos responsáveis por implementar as políticas públicas locais. Em segundo lugar, um bom desempenho do sistema alimentar local acontece mais pela conscientização dos diferentes elos da cadeia em direção a práticas mais sustentáveis do que pela simples ampliação das unidades existentes, mesmo observando-se um aumento dos mercados alternativos (34 estabelecimentos em 2007 para 51 em 2016), das AMAPs (atualmente existem 21 AMAPs no território de Rennes), das lojas de produtores e maior envolvimento de municípios nas compras institucionais.

## **O caso da Região Metropolitana de Curitiba (RMC)**

A Região Metropolitana de Curitiba (RMC) foi criada por uma Lei Federal de 1973 para melhorar a gestão e integrar 14 municípios. Em 1974, foi criada a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), uma

---

<sup>13</sup> Rennes cidade alimentícia.

entidade pública para formular e executar políticas públicas ligadas aos interesses metropolitanos dos municípios. Atualmente a RMC é composta por 29 municípios abrangendo uma área de 15.913 km<sup>2</sup> e uma população de 3,5 milhões de habitantes (cerca de 35% da população do Paraná).

**Figura 3** – Localização da Região Metropolitana de Curitiba



Fonte: Enciclopédia livre – wikipedia.

Em 1950, a população rural representava mais de 50% da população total da RMC. A partir dos anos 1970, começou a haver uma inversão, sendo que atualmente cerca de 85% da população está no meio urbano e 15% no meio rural (IBGE, 2015). A partir de 2000, tem havido um intenso processo de conurbação, formando uma mancha urbana concentrada em 11 municípios limítrofes que formam o cinturão verde de Curitiba, onde predominam sistemas de olericultura e fruticultura.

Parte significativa da área da RMC (56%) encontra-se sobre mananciais e áreas de proteção ambiental, o que oportuniza o desenvolvimento de sistemas mais sustentáveis, como a agricultura orgânica. Os municípios que estão mais distantes da capital possuem uma densidade populacional mais baixa e com menores níveis de desenvolvimento.

A cidade de Curitiba está situada no centro da RMC, com uma população de 1,89 milhões de habitantes, área de 435 km<sup>2</sup> (sem área rural) e um IDH de 0,82 considerado muito elevado (IBGE, 2015). Economicamente a RMC concentra o maior Produto Interno Bruto (PIB) do sul do Brasil e está entre as quatro maiores do Brasil.



No Brasil, desde o início dos anos de 1980, agricultores familiares desenvolveram sistemas de produção e comercialização alternativos formando uma rede, muitas vezes com o apoio de organizações da sociedade civil, entidades ligadas à igreja (Pastoral da Terra), agentes de extensão rural pública e Organizações Não Governamentais (ONGs) num esforço de organizar produtores e consumidores com base em princípios de confiança e equidade (BRANDENBURG, 2002).

Tanto no Brasil como na RMC no Paraná, a agricultura familiar tem relevância representando cerca de 78% dos estabelecimentos rurais e ocupando uma área de 68% da RMC. Houve um aumento de políticas de proteção ambiental e novas iniciativas de produção agroecológica a partir dos anos de 2000, o que tem colaborado com o processo de transição para sistemas mais sustentáveis (DAROLT, 2012). Atualmente a RMC concentra cerca de 47% do total de produtores orgânicos (1.700) e 52% da produção de hortaliças orgânicas do estado do Paraná (MAPA, 2016).

Uma análise do sistema agrialimentar territorial nos últimos 20 anos na RMC mostra que houve avanços significativos na diversidade de iniciativas de programas e políticas alimentares, com destaque para os circuitos curtos. Segundo Santos & Darolt (2016), a quantidade de feiras orgânicas, por exemplo, apresentou uma evolução de 250% nos últimos dez anos. A mesma pesquisa identificou um total de 136 estabelecimentos classificados em seis diferentes canais de comercialização de produtos orgânicos: 21 feiras orgânicas, 23 lojas especializadas, 14 deliveries, 14 lojas no Mercado Municipal de Orgânicos (criado em 2009), 49 supermercados e 15 restaurantes, majoritariamente na capital, Curitiba. A comercialização de alimentos orgânicos em redes e circuitos curtos tem se mostrado relevante e diversificada na oferta de produtos, sobretudo em feiras que têm preços médios inferiores aos praticados nas lojas especializadas e supermercados, o que denota avanços na eficiência econômica, inovações técnicas e maior participação social.

A análise da transição para sistemas mais sustentáveis na RMC aponta para uma combinação de fatores, tais como: institucionalização da produção orgânica (Lei 10.831/2003); políticas públicas nacionais, estaduais e municipais de apoio à agricultura familiar, agroecologia e soberania alimentar; programas de alimentação escolar (estadual e municipal); organização e formação de agricultores em redes de agroecologia (Rede Ecovida, por exemplo) e centros de apoio aos agricultores familiares agroecológicos; apoio para processos de certificação

participativa (via programas com participação de núcleos de estudos em agroecologia nas Universidades); programas de assistência técnica e extensão rural (via instituições estaduais); apoio de uma rede de pesquisa e ensino; organização e apoio de uma rede de consumidores; apoio de políticas públicas municipais, estaduais e federais para produção, transformação (agroindústria – programa denominado Fábrica do Agricultor) e comercialização; abertura de novos canais de comercialização em circuitos curtos (feiras, lojas, cestas), mercados especializados em orgânicos (Mercado Orgânico de Curitiba fundado em 2009; restaurantes; lojas) e integração com circuitos longos (supermercados); além de emergência de atividades não agrícolas como o turismo rural e, mais recentemente, programas para levar as pessoas a conhecerem o meio rural da RMC (programa “caminhadas na natureza”).

Nota-se que os processos de transição estão fortemente vinculados a mudanças políticas, em que os atores sociais, através de suas organizações da sociedade civil participam do planejamento do território e da execução de políticas públicas em nível local. Esses fatores garantem outras perspectivas de organização da produção, transformação e comercialização, de forma que os atores possam ter maior autonomia. Entretanto, ainda nota-se pouco engajamento dos atores da sociedade civil para gerar uma mudança estrutural mais efetiva (DAROLT, 2012).

O caso de Curitiba mostra, como os casos anteriores, o efeito de uma diversidade de iniciativas provenientes de redes de agricultores ecológicos (Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia – AOPA e Rede Ecovida), associado a uma boa articulação entre os elos do sistema alimentar (produção, assistência técnica, pesquisa, ensino, políticas públicas, agroindústria de transformação e organização de consumidores para o consumo sustentável). Apesar de uma mobilização mais fraca da sociedade civil no caso brasileiro quando comparado aos casos franceses, nota-se a importante presença de políticas públicas (destacadamente nas compras institucionais para a alimentação escolar), permitindo uma crescente ecologização do sistema agrialimentar territorial.

## **Lições aprendidas e ensinamentos dos casos estudados**

Nos quatro casos estudados observa-se uma grande variedade de iniciativas e projetos destinados à “ecologização” dos sistemas agrialimentares territoriais

provenientes de redes agrícolas alternativas, da sociedade civil, de políticas públicas, que mobilizam ou não atores do setor convencional. Como mostram os diferentes casos, há um aumento significativo da participação da agricultura orgânica e da agroecologia, mas também formas de realocização do sistema alimentar nos últimos dez a quinze anos. Esse processo de ecologização é mais eficaz quando todos os elos da cadeia estão engajados no processo (produtores, consumidores, processadores, assistência técnica, políticas públicas locais e sociedade civil organizada) e quando existem instrumentos de governança para garantir uma boa coordenação entre as iniciativas e os elos da cadeia<sup>14</sup>.

**Quadro 2** – Comparação entre sistemas agrialimentares territoriais na França e no Brasil

Características	Ardèche	Biovallée	Rennes	RM Curitiba
Envolvimento dos diferentes atores	alto*	alto	alto	médio
Governança intersetorial e compartilhada	baixo	alto	médio	médio
Papel das políticas públicas	baixo	alto	médio	alto
Papel da sociedade civil	alto	alto	alto	baixo

\* Nota: nível de atuação

Fonte: dados da pesquisa de campo (elaborado pelos autores).

Os casos estudados mostram que existem diferentes equilíbrios entre os respectivos papéis das políticas públicas e da sociedade civil. Nos casos franceses como também na França de forma geral, foram as redes agrícolas alternativas e a sociedade civil que contribuíram como atores principais no desenvolvimento dos circuitos curtos de comercialização e na realocização<sup>15</sup> do sistema agrialimentar.

No Brasil, na década de 1990, foram os movimentos sociais e as Organizações Não Governamentais em parceria com a pesquisa, o ensino e a extensão que organizaram as primeiras redes alimentares alternativas; todavia, nos últimos 10 anos, o impacto das políticas públicas tem sido decisivo. De fato, a partir dos anos 2000 houve maior incentivo de instituições públicas através de programas governamentais visando apoiar a agricultura familiar e a agricultura orgânica/agroecologia, por exemplo. A implementação de leis e medidas para aquisição de alimentos da agricultura familiar de base ecológica via compras institucionais

<sup>14</sup> Na escala europeia uma comparação de formas de governança em diferentes territórios foi elaborada no quadro do projeto Healthygrowth ([projects.au.dk/healthygrowth/](http://projects.au.dk/healthygrowth/)).

<sup>15</sup> O tema da realocização ou lugar de procedência, associado à identidade de quem produz são importantes características no processo de revalorização da origem dos alimentos.

(Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA), contribuiu para articular ações indutoras de transição nos níveis do consumo (alunos e pessoas carentes) e na produção (incentivo à agricultura familiar e agroecologia).

O papel predominante da sociedade civil no caso francês e do setor público no caso brasileiro resultam em dinâmicas diferenciadas. No Brasil, dez anos de intervenções públicas com orçamentos significativos (mais de um bilhão de euros por ano, combinando créditos a fundo perdido e compras institucionais) contribuíram para a manutenção da agricultura familiar e o impulso à agroecologia. Apesar dos efeitos de exclusão, especialmente no que diz respeito aos públicos menos informados e de baixo nível educacional, essas políticas públicas tornaram-se “parte da vida diária” de muitos atores do sistema agrialimentar, sendo um elemento central e legítimo. Ademais uma governança inter-setorial foi estabelecida através da articulação entre vários ministérios e departamentos (agricultura, desenvolvimento social, alimentação, saúde, educação e meio ambiente). Na França, nenhuma intervenção orçamentária significativa ocorreu em nível nacional nos últimos anos, fazendo com que as políticas agrícolas, alimentares, ambientais e de saúde ficassem desconectadas.

Finalmente, nota-se que são os atores da sociedade civil (agricultores e consumidores cidadãos) e as autoridades locais (muitas vezes influenciadas por esses atores) os principais agentes na construção de projetos e demandas locais de alimentos, que moldam a dinâmica de ecologização dos sistemas agrialimentares territoriais. Tanto no Brasil como na França, as dinâmicas baseadas em ações apenas de governos ou de autoridades locais deixam a situação do sistema agrialimentar muito frágil devido ao risco de descontinuidade política.

## **Considerações finais**

O método de abordagem proposto para analisar as transições dos sistemas agrialimentares territoriais, aplicado a casos franceses e brasileiros, permitiu-nos mostrar a importância, tanto analítica como em termos de ação pública, de um enfoque sócio-histórico, sistêmico e pragmático no estudo das transições. No entanto, é preciso analisar as dinâmicas dos sistemas e suas interações em longo prazo, verificar as inter-relações entre os diferentes elos da cadeia, considerar

as visões e os argumentos dos diversos atores no seu conjunto e, finalmente, observar como isso se reflete em ações locais concretas (abordagem pragmática).

Essa discussão não é apenas teórica, mas subsidia práticas sociais e métodos de intervenção pública específicos. O exemplo das compras institucionais ou públicas para a alimentação coletiva ilustra bem a importância de uma visão sistêmica para impulsionar um setor. A intervenção pública no Brasil foi baseada em uma visão sistêmica na sua concepção geral, com uma forte ligação entre problemas alimentares (luta contra a fome), de saúde pública, de viabilidade econômica da agricultura familiar, de equilíbrio territorial e da promoção da agroecologia. No entanto, essa visão sistêmica negligenciou o funcionamento do sistema econômico, na medida em que as políticas públicas ficaram centradas em um único canal de comercialização: a venda institucional para alimentação coletiva (basicamente em escolas), que sofre com as discontinuidades políticas.

Na França, o fornecimento de alimentação pública foi objeto de vários programas de governo, mas os resultados se mostraram aquém do esperado. A deficiência é muitas vezes explicada por argumentos puramente técnicos (dificuldades para cumprir a legislação, falta de logística, oscilações de preços, falta de equipamentos de armazenamento nas escolas, etc.), porém acreditamos que é também devido à falta de visão sistêmica. O setor de refeições coletivas é considerado como dotado de uma lógica própria, como se pudesse desenvolver-se de forma independente de outras formas de comercialização. No entanto, um enfoque pragmático, considerando os argumentos e as práticas dos atores – destacadamente dos produtores – mostra que isso não é verdadeiro: cada produtor pode escolher entre diversos canais de comercialização (refeições coletivas, feiras, lojas, grupos de consumidores, venda na propriedade, etc.), que interagem tanto no plano econômico como organizacional, mas também consideram seus valores e visões.

Essa análise permitiu encontrar pistas para futuras pesquisas em torno de algumas questões importantes. A primeira diz respeito à questão de justiça social e de “sustentabilidade justa” ou “ecologização”. Nossa hipótese, que pode ser aprofundada em trabalhos futuros, é de que as alianças de movimentos sociais ativos e de políticas públicas fortes são necessárias para garantir uma equidade social e territorial tanto para agricultores como para consumidores, em termos de acesso a práticas ecológicas, a mercados alternativos e a produtos ecológicos. Nota-se que a política alimentar passa por uma fase de transição do modelo

dominante “produtivista” para um novo “ecologicamente justo”. Nesse sentido, haverá necessidade de reformulações nas políticas alimentares, o que vai exigir um foco especial nas questões relacionadas à mudança de hábitos alimentares, saúde e participação ativa de consumidores e produtores familiares no processo.

A segunda questão a aprofundar está relacionada à dimensão ecológica dos sistemas agroalimentares territoriais na sua diversidade (impacto ambiental, qualidade da paisagem, gestão da água e do solo, entre outros), que exige o envolvimento de equipes multidisciplinares com participação de profissionais das ciências agrárias, biológicas e da saúde, mas também um trabalho com os atores do território sobre como tratar as questões entre produção e consumo<sup>16</sup>. Nesse sentido, as políticas devem privilegiar maior conscientização das pessoas sobre as consequências de seus atos de consumo. Nesse rumo, para além de ações individuais, são necessárias estratégias articuladas de grupos organizados de consumidores, produtores dispostos à transição para sistemas mais sustentáveis, empresas responsáveis investindo em tecnologias limpas e atuação do poder público com políticas de incentivo à transição agroecológica, bem como a regulação e legislação adaptadas às realidades locais (como é o caso das agroindústrias familiares).

A terceira questão trata de formas de investigação do sistema agrialimentar, na qual buscamos adotar tanto uma postura analítica como também uma postura transformadora da realidade pela pesquisa-ação. A articulação dessas duas posturas demandam necessariamente um engajamento de longo prazo sobre os casos estudados.

Finalmente, em termos de políticas públicas, as possibilidades de mudança ou transformações no sistema agrialimentar passam pelo apoio à agricultura familiar com o fortalecimento das ligações entre produtores e consumidores e modelos baseados em princípios agroecológicos combinando medidas de apoio governamental como políticas de preservação ambiental, de desenvolvimento rural, de apoio à agroindustrialização e à comercialização, infraestrutura de apoio à produção, assistência técnica aos produtores e educação dos consumidores.

Tanto nos casos da França como no Brasil, observou-se que as redes alternativas de alimentos aparecem como movimentos de posicionamento político para defender uma transição para formas mais sustentáveis de produção e consumo.

---

<sup>16</sup> No momento está sendo elaborado um projeto europeu para discutir a temática entre produção e consumo (“Agroecologia e Dietas Sustentáveis”), associando equipes para analisar casos na França, Reino Unido, Espanha e Brasil.

Comparando os casos franceses e brasileiros, evidencia-se que a demanda forte e crescente da sociedade civil tem influenciado as políticas públicas de diferentes maneiras, dependendo da trajetória histórica dos movimentos sociais, da mobilização e do engajamento dos produtores e consumidores com o tema.

Dessa forma, a influência que as redes alternativas de alimentos têm sobre as políticas públicas e o sistema agrialimentar está – em maior ou menor grau – relacionada às alianças e parcerias que essas redes são capazes de desenvolver. Iniciativas de comercialização por associações e cooperativas de agricultores e consumidores organizados em redes podem aumentar a participação na cadeia de abastecimento de alimentos, criando alianças e cooperação com outras categorias de atores sociais.

Um último ponto a destacar diz respeito aos modos de coordenação e tomada de decisões. Os casos denotam que a influência efetiva de redes alternativas de alimentos no sistema agrialimentar mais amplo depende de alianças que são capazes de construir-se com movimentos similares, mas também com instituições e outros atores do sistema dominante que trabalham em circuitos longos. Formas originais de governança (como acontece em cooperativas de produtores e consumidores e lojas de produtores) devem ser aprimoradas, permitindo envolver não só os produtores, os consumidores e os trabalhadores, mas também autoridades locais e organizações da sociedade civil. Finalmente, outras pesquisas devem investigar como as redes de alimentos podem adotar novas formas de coordenação e gestão, arranjos e inovações que permitam sanar os problemas de falta de mão de obra e fornecer alimentos de qualidade para a maior parte da população.

## REFERÊNCIAS

ALLAIRE, G. ; BOYER, R. *La grande transformation de l'agriculture*. Paris: INRA Economica, 1995.

BUI, S. *Transitions vers l'agroécologie: analyse de la pertinence de l'échelle territoriale pour impulser des changements au niveau du système sociotechnique*. Thèse (Doctorat en Sociologie Rural), INRA/AgroParisTech, Paris, 2015.

BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, UFPR, n. 6, jul- dez 2002, pp. 11-28.

BUTTEL, F. Sustaining the unsustainable: Agro-food systems and environment in the modern world. In: P. CLOKE, T. MARSDEN AND P. MOONEY. *Handbook of Rural Studies*, p. 213–229, 2006.

CAMPBELL, H. Breaking new ground in food regime theory: corporate environmentalism, ecological feedbacks and the ‘food from somewhere’ regime?. *Agriculture and Human Values*, vol. 26, p. 309-319, 2009.

DINIZ, D. A. S.; CERDAN, C. Produtos da sociobiodiversidade e cadeias curtas: aproximação socioespacial para uma valorização cultural e econômica. In: Gazolla Marcio; Schneider Sergio (Ed.). *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: Negócios e mercados da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, p. 261-282. 2017 (Estudos Rurais).

DAROLT, M. R. *Conexão Ecológica: novas relações entre produtores e consumidores*. Londrina: IAPAR, 2012. 162 p.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. *Agriculturas*, v.10, n.2, p. 8-13, jun. 2013.

DARROT, C.; Rennes ville vivrière? *Revue Pour*, vol. n° 224, p. 139-156, GREP, 2014, 442 p.

DENÉCHÈRE F., DURAND G., MARÉCHAL G. Systèmes alimentaires territorialisés: les circuits courts comme vecteur de développement territorial. In: G. MARECHAL (Dir.). *Les circuits courts alimentaires: bien manger dans les territoires*. Éducagri, Dijon, p. 161-171, 2008.

FRIEDMANN, H.; McMICHAEL, P. Agriculture and the state system: the rise and fall of national agricultures, 1870 to the present. *Sociologia Ruralis*, vol. 29, n° 2, p. 93-117, 1989.

GEELS, F. W.; SCHOT, J. Typology of sociotechnical transition pathways. *Research Policy*, p. 399–417, 2007.

GOTTLIEB, R. Where We Live, Work, Play and Eat: Expanding the Environmental Justice Agenda. *Environmental Justice*, vol. 2, n° 1, p. 7-8, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *IBGE divulga as estimativas populacionais dos municípios em 2015*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2972>>. Acesso em: 20 set. 2016.

KITCHEN, L.; MARSDEN, T. Creating Sustainable Rural Development through Stimulating the Eco-economy: Beyond the Eco-economic Paradox? *Sociologia Ruralis* vol. 49, n° 3, p. 273-294, 2009.



LAMINE, C. Changer de système “ : une analyse des transitions vers l’agriculture biologique à l’échelle des systèmes agri-alimentaires territoriaux. *Terrains & Travaux*, vol. n° 20, n° 1, p. 139-156, 2012.

LAMINE, C.; BUI, S.; OLLIVIER, G. Pour une approche systémique non réductionniste de la transition écologique des systèmes agri-alimentaires. *Cahiers de recherche sociologique*, 58, 95-117, 2015.

LEÃO, M. (Org.). *O direito humano à alimentação adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília: Abrandh, 2013, 263 p.

MALASSIS, L. *Nourrir les hommes*. Paris: Flammarion (Dominos, 16), 1994.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). *Municípios brasileiros com produção orgânica*. Brasília-DF. Disponível em: <<https://blog.agroales.com/225-dos-municipios-brasileiros-tem-producao-organica/>>. Acesso em: 20 set. 2016.

PLOEG, J.D. Van der et al. Rural Development: From Practices and Policies towards Theory. *Sociologia Ruralis*, vol. 40, n° 4, p. 391-408, 2000.

PLOEG, J. D. Van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre-RS: UFRGS, 2008.

RENTING, A.; SCHERMER, M.; ROSSI, A. Building Food Democracy: Exploring Civic Food Networks and Newly Emerging Forms of Food Citizenship. *International Journal of Sociology of Agriculture and Food*, v. 19, n. 3, p. 289-307, jan. 2012.

SANTOS, E. D.; DAROLT, M. R. *Circuitos de comercialização de produtos orgânicos em Curitiba-PR*. Monografia de Conclusão de Curso de Agronomia. Departamento de Economia Rural e Extensão. Curitiba: Universidade Federal do Paraná-UFPR, 2016. 60 p.